



1 CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM

2 Ata da 19ª Reunião Ordinária da realizada

3 Unidade Regional Colegiada Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco, do

4 Conselho Estadual de Política Ambiental-COPAM

5 Data: 06 de dezembro de 2005, às 9:00hs

6 Local:Auditório FUNEDI/UEMG – Divinópolis - MG

7
8 Aos 06 dias de dezembro de 2005, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada do Alto São
9 Francisco, no município de Divinópolis. Participaram os seguintes membros titulares e
10 suplentes: o presidente Dr. Shelley de Souza Carneiro, representante da SEMAD Rogério
11 Noce Rocha, Átila Alves e Costa e Lucélio Nativo da Assunção representantes da FIEMG,
12 Camilo de Lelis André de Melo e Roberto Soares Nogueira representantes da
13 FEDERAMINAS, Eustáquio Marcelino Valério Calderaro representante da ABES, Gerson
14 Luiz de Freitas e Antônio José Fernandes Neto representantes de CODEMAS de Igaratinga
15 e Divinópolis, Marcos Antônio Vilela representante da ONG GRUPO AR, Gilson Soares
16 representante de instituição de ensino e pesquisa, Marcelo Ferreira Guimarães representante
17 do IBAMA, Capitão Valmir José Fagundes representante da PMMG, Luciana Imaculada de
18 Paula representante da Procuradoria Geral de Justiça. Estiveram também presentes a
19 coordenadora do NARC-ASF Dra. Lais Fonseca dos Santos, e Dr. Wilber Nogueira Santos
20 da procuradoria do NARC-ASF. 1) Hino Nacional. 2) Abertura: realizada pelo Presidente da
21 URC/Copam do Alto São Francisco Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e
22 Desenvolvimento Sustentável, Dr. Shelley de Souza Carneiro, que destacou a tramitação do Projeto
23 de Lei nº 1951 na Assembléia Legislativa da Secretaria de Meio Ambiente que está na Assembléia
24 Legislativa, que trará profundas mudanças na gestão do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais,
25 os NARCs passam oficialmente a existir após a aprovação da Lei, criará a 8ª regional do COPAM
26 no Oeste de Minas, na região de Unaí, O convênio com a própria Polícia Militar trará uma série de
27 modificações administrativas e de integração entre a Secretaria e a Polícia Militar, criação de uma
28 nova diretoria da FEAM, uma diretoria de Fiscalização Ambiental. 3) COMUNICADO DOS
29 CONSELHEIROS: *Capitão Valmir* – comunica sobre a realização da operação da Polícia Militar
30 Ambiental e o Núcleo de Combustível da FEAM em Divinópolis, com uma fiscalização de Postos
31 de Abastecimento de Combustíveis das empresas que têm tanques para abastecimento de
32 combustível para consumo próprio, e nós fizemos uma operação desse tipo no ano passado em
33 Itaúna, e constatamos inúmeras irregularidades, diversos problemas, passivo ambiental, problemas
34 realmente de perigo para a comunidade. Esses tanques e combustível armazenados de maneira
35 totalmente irregular. Essa operação teve uma repercussão enorme no ano passado e para surpresa
36 nossa essa operação aqui em Divinópolis, foram 42 locais fiscalizados, com pequenas
37 irregularidades detectadas, é logicamente que houveram empreendimentos que estavam
38 inadequados, mas pela proporção em relação à Itaúna nós ficamos satisfeitos porque são problemas
39 pequenos ou então a maioria não apresentavam problemas e aqueles que apresentam problemas são
40 problemas de fácil resolução e isso já é um efeito do trabalho que foi realizado em Itaúna. *Gilson*
41 *Soares* - Em Carmópolis de Minas e parte de Cláudio, nós temos uma unidade de conservação que é
42 a Estação Ecológica Mata do Cedro que foi instituída em 2000, por um decreto do Governador do
43 Estado. São 1130 hectares de Mata Atlântica, é o remanescente mais expressivo de Mata Atlântica
44 do Centro Oeste Mineiro. Essa unidade de conservação, embora criada, ela não havia ainda sido
45 implantada, como até hoje não foi. Não há instalações físicas, não houve desapropriações nas terras.



46 Luciana – Promotoria de Justiça - Um trabalho da Promotoria do São Francisco em
47 conjunto com os Promotores de Justiça do Alto São Francisco com as indústrias de
48 siderurgias, através de medidas compensatórias e também investimento em tecnologia
49 limpa para readequação ambiental da ordem de R\$ 3 milhões na indústria de siderurgia.
50 Esse foi o trabalho desenvolvido, e eu tenho que fazer justiça ao meu colega o doutor Alex
51 Fernandes Santiago, que me antecedeu na promotoria do São Francisco. Parte dessas
52 medidas compensatórias, parte dessa quantia, ela foi destinada a Associação Regional de
53 Proteção Ambiental, a ARPA 2, que a sede é em Divinópolis. E a ARPA com esse dinheiro
54 que foi levantado com esse ajustamento de conduta dessa atividade, adquiriu cem hectares
55 de Mata Atlântica, para viabilizar a implantação da unidade de conservação. Essa reunião
56 foi justamente para isso, para celebrar a assinatura do compromisso de compra e venda
57 entre a ARPA e o proprietário. Essa área vai ser doada ao Estado de Minas Gerais. Nessa
58 ocasião que nós tivemos a oportunidade de contar com o doutor Gilson Soares, diretor da
59 FUNEDI, nós tivemos uma promessa formal do secretário de Estado, o senhor José Carlos
60 de Carvalho de que haverá implantação das unidades físicas que era a nossa intenção, pra
61 instalação. *Marcelo Guimarães IBAMA* – está sendo criado através de um decreto, uma
62 Comissão Inter-institucional de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais, o CIEA.
63 Ele vai ser caráter democrático, consultivo e deliberativo com a finalidade de promover a
64 discussão, a gestão, a coordenação e o acompanhamento e avaliação dos programas,
65 projetos e de implementar atividades de Educação Ambiental no Estado de Minas Gerais,
66 têm várias instituições envolvidas, dentre elas o IBAMA, a Polícia Ambiental, o Ministério
67 Público, a própria SEMAD. *Marcelo Guimarães* – no dia 22 do mês passado, aqui em
68 Divinópolis na sede da Polícia Ambiental, e a doutora Luciana, numa reunião para tratar da
69 segunda etapa da operação de revitalização do São Francisco, a nível da promotoria do Alto
70 São Francisco, foram apresentados os resultados da primeira etapa, que foi identificação
71 das ocupações irregulares, principalmente de ranchos na margem do rio. *Luciana*
72 *Promotora* – O projeto SOS São Francisco, que também é um projeto da promotoria do
73 São Francisco em parceria com o IBAMA, com a Polícia Ambiental, que foram os
74 parceiros iniciais, e o IEF também esteve na primeira edição. Foram identificadas as
75 construções irregulares as margens do São Francisco, foram 476 construções irregulares no
76 Alto São Francisco e os proprietários foram convocados para ajustamento de conduta para
77 revitalizar a área. A segunda edição vai procurar não só as áreas onde há construções
78 irregulares com aproveitamento econômico para agricultura, para a pecuária, ou então áreas
79 degradadas que não estejam sendo utilizadas. O objetivo é elaborar um projeto, desta feita
80 nós temos outros parceiros valorosos, como a Universidade Federal de Lavras, a FUNEDI,
81 A ARPA 2 e a ARPA 3, e os nossos parceiros aqui já da primeira edição. O IBAMA e
82 também a Polícia Ambiental já manifestaram interesse no projeto. Vai ser um projeto para
83 revitalização da Mata Ciliar do Alto São Francisco e também para averbação das áreas de
84 reserva legal dessas propriedades. *Lucélio Fiemg* – A questão dos licenciamentos, que em
85 gráficos é evidente a preocupação com a certificação com a ISO 14000. Houve a 1ª
86 Conferência Municipal de Meio Ambiente do município de Pains, promovido pela
87 Secretaria de Meio Ambiente onde a população foi chamada a participar de um Plano de
88 Ação sobre as questões ambientais, com elaboração de um documento no final do que seria



89 interessante a secretaria trabalhar nos próximos três anos de mandato. Então é um modelo
90 diferente, que em vez de a própria secretaria impor, ela ouviu a população sobre o que ela
91 quer realmente. *Luciana* – Eu gostaria de registrar um trabalho que a promotoria tem
92 desenvolvido em conjunto com a FEAM, com o doutor Benjamin, com o Jorge Homero, os
93 técnicos. A FEAM tem sido uma facilitadora desse trabalho, nós convocamos os
94 empreendimentos para o licenciamento ambiental, só em Itaúna nós já assinamos mais de
95 vinte termos de ajustamento de conduta, encaminhando o empreendimento pro
96 licenciamento ambiental. Contendo nos ajustamentos, medidas mitigadoras, necessárias pra
97 continuidade da atividade e a FEAM assina conosco, por meio do seu procurador chefe, o
98 doutor Joaquim tem participado conosco das audiências, assina como interveniente. A
99 Fiemg tem sido também uma facilitadora, assim como também o Sindinova, sindicato de
100 Nova Serrana, nós temos notícia ali de mais de 800 empresas em licenciamento ambiental e
101 a doutora Laís pode aguardar uma demanda muito maior no NARC, eu acredito, fruto desse
102 trabalho da promotoria do São Francisco com a FEAM. *Camilo de Lelis* – comunico que o
103 nosso CIEA aqui de Divinópolis está funcionando a pleno vapor, com as reuniões em dia,
104 com o regimento interno já aprovado. *Luciana* – No projeto do SOS São Francisco nós
105 convidamos o IEF e nós temos todo o interesse da participação do Instituto. Eu falei com o
106 gerente aqui de Divinópolis, o Rogério Cardoso, ele me disse que tem interesse, eu falei
107 inclusive com o próprio secretário de Estado que nós fazemos questão da participação da
108 Semad. Nos temos que para as próprias reuniões, nós temos a certeza, que o IEF será uma
109 presença marcada. Comitê da Bacia, nós temos um representante na Bacia do São
110 Francisco. Como foi um projeto inicial, foi a primeira reunião, nós ainda não fizemos um
111 convite formal ao Comitê da Bacia do Rio Pará, que nós temos interesse também que
112 participe. 4) Exame de Ata da 18ª Reunião Ordinária da URC/COPAM ALTO SÃO
113 FRANCISCO, realizada em Itaúna na data de 17/11/2005. Aprovada por unanimidade.
114 ITEM 5 - Processo Administrativo para exame de Licença de Operação e Pesquisa
115 Mineral, a referendar: item 5.1 -Bracom Mineração Exportação, lavra experimental a céu
116 aberto de granito ornamental, Cláudio – MG. Processo Nº 00680/2003/002/2004 –
117 Apresentação do Relatório de vistas - Conselheiro Capitão Valmir – BAIXADO EM
118 DILIGÊNCIA para averiguação de ação civil contra a empresa Bracon. *Capitão Valmir* –
119 *Relatório de vistas da Bracon* - vistoriamos o local no dia 24 de novembro, acompanhado de um
120 militar , o Cabo Diniz e o Eloi que está aqui presente, engenheiro da FEAM, do Alder, engenheiro
121 de Minas, técnico do NARC Alto São Francisco -1) no local existe uma pequena lavra experimental
122 de granito a céu aberto com indício de recente atividade, explorada em grande maciço rochoso, do
123 granito aflorante. Possui no entorno uma topografia composta de grotas e vales, com vasta
124 vegetação tipo cerrado, comum na região montanhosa do município de Cláudio, com extensão da
125 área a jusante que é formada por pastagens. No momento da fiscalização não havia atividade
126 minerária. 2) realizamos incursão no raio de 80 metros do maciço mineral e não detectamos
127 presença de nascentes d'água. Enquanto ao Ribeirão Palmital, este se localiza visualmente a mais de
128 600 metros da área explorada. Item 3: a área onde foi exercida a atividade de mineração até o
129 momento é de 800 metros quadrados, com utilização de explosivos e equipamentos de fio
130 diamantado. Existem resíduos de fragmentos rochosos, devido à retirada da superfície do maciço
131 rochoso, sendo estes depositados aleatoriamente. Estimamos em 50 metros estéreis de rocha, que
132 devem ser dispostos em local adequado, bota-fora ou utilizados para barreira de contenção e na
133 barreira de contenção. Item 4: foram construídos muros de contenção com pedras sobre a estrada de



134 acesso e dois pequenos diques de pedra com intuito de se evitar o carreamento de resíduos sólidos
135 por ação das águas pluviais. Observamos um ponto a jusante da lavra onde mostravam um
136 carreamento de terra em pequena quantidade. Neste local deve ser providenciada a imediata
137 construção de bacia de contenção. 6) por ser uma atividade degradadora, que causa grande impacto
138 ambiental, deve ser efetivamente implantadas as medidas mitigadoras capazes de evitar a
139 exploração desordenada e sem planejamento da área em tela. Pelo que sugerimos a inclusão de
140 condicionantes para a devida análise dos conselheiros. Relação de condicionantes: direcionamento
141 das águas pluviais através de curva de nível ou escadas dispersoras de energia, construção de bacia
142 de contenção tipo cacimba para recebimento das águas pluviais, prazo de um mês. Construção de
143 barreira de contenção a jusante do empreendimento. Providenciar disposição adequada para rejeitos
144 da rocha, bota-fora, prazo de um mês. Apresentação de medida compensatória e recuperação de
145 uma área de no mínimo 3 hectares, se possível próximo aos mananciais e APP ali da região mesmo.
146 Apresentar um projeto educativo ambiental, abrangendo a população local, uma vez que há
147 manifestações contrárias. Então a empresa dentro do possível deve fazer esse projeto de educação
148 ambiental das imediações. *Jesus* – Eu estou aqui na qualidade de vizinho do empreendimento, eu
149 tenho uma pequena área lá. Esse empreendimento ele vêm encontrando problemas desde o ano
150 2000. Quanto a eles, existe uma ação civil pública impetrada pelo representante do Ministério
151 Público da Comarca de Cláudio, que ainda não está transitado em julgado. Existem também
152 recursos na FEAM a respeito desse empreendimento. *Eloi FEAM* – Além desse processo, existe um
153 processo de Auto de Infração que está na FEAM realmente. O único recurso que pode haver é
154 quanto a isso. *Capitão Valmir* – Por que foi citado na denúncia e na própria manifestação da
155 prefeitura que tinha valor arqueológico, paisagístico, e eu procurei algumas pessoas da
156 comunidade, inclusive a senhora Derci, que tem o e-mail dela que consta nos autos a reclamação, e
157 ela mesmo relatou que a preocupação dela mesmo é em relação à água. Lá realmente é uma área de
158 carga, que está no topo de um morro e um vale abaixo, mas a área do empreendimento é uma área
159 pequena e sendo adotada as medidas mitigadoras corretamente, se forem cumpridas...Como nós
160 detectamos lá havia um pequeno assoreamento e com essas bacias de contenção devidamente
161 planejadas, calculadas, elas vão absorver esse carreamento que no meu entendimento é natural,
162 porque para descascar a rocha inicialmente uma parte do solo que vai ser carregada. Mas
163 normalmente a atividade de mineração é um pouco impactante, mas tem que ser adotadas as
164 medidas de contenção. Mas tem que haver uma análise realmente, uma vez que existem duas
165 manifestações da prefeitura quanto a essa questão. *Gilson* - Eu fiquei com uma pequena dúvida, por
166 Cláudio é a primeira cidade da região Centro Oeste que tem um plano diretor, que foi feito há dois
167 anos atrás e aprovado pela Câmara. E eu não sei isso dentro do Plano Diretor o quê que representa,
168 mas como já foi pedido vistas e eu acho que as condicionantes que o Capitão coloca ajuda a
169 resolver uma série de coisas. *Luciana* – Diante desta notícia que existe uma Ação Civil Pública
170 proposta pela promotoria de Cláudio em fase desse empreendimento, eu não tenho segurança para
171 votar em conhecer primeiro o teor desse processo. Então eu gostaria de solicitar vistas desse
172 processo e sugiro que ele seja colocado em votação na próxima sessão. *Shelley* – baixar em
173 diligência já que apareceu um fato novo que não havia sido colocado. Eu acho que na medida que
174 um conselheiro tenha algum problema, baixa-se em diligência para que ele se informe melhor. Mas
175 nós temos a obrigação na próxima reunião de trazer esse dado aqui para que ele seja votado ou não.
176 *Eustáquio Valério* – Eu fiquei em dúvida também nesse processo porque tem uma licença na
177 prefeitura que não foi favorável a esse empreendimento. *Pedro Coelho* – para esclarecer as questões
178 jurídicas, quando foi elaborado o parecer jurídico não constava ainda a nova declaração da
179 prefeitura retificando. Fica claro nessa nova declaração que a prefeitura diz: o empreendimento não
180 está em conformidade com as leis e regulamentos do município. ITEM 6 -. PROCESSO



181 ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA: ITEM
182 6.1 – BC Refratário Indústria e Comércio Ltda, Fabricação de Argamassa e Concreto e
183 Refratário Ltda. Divinópolis/MG. PA/COPAM nº 00094/2005/001/2005 - **Aprovada – Licença**
184 **de Operação concedida com condicionantes, prazo de validade 06 (seis) anos.** ITEM 6.2 –
185 METALÚRGICA JANO LTDA. - fundição de peças de ferro e aço – Divinópolis/MG –
186 PA/COPAM/Nº 01046/2004/001/2004– **Licença indeferida, concedido prazo de 90 (noventa) dias**
187 **para formalização de novo processo de licenciamento, sob pena de suspensão das atividades.** ITEM
188 6.3 – USINAGEM ITAÚNA INDÚSTRIA MECÂNICA E COMÉRCIO LTDA. Usinagem e
189 calderaria – Itaúna/MG – PA/COPAM/Nº 01954/2003/001/2004 –**Licença concedida com**
190 **condicionantes, prazo de validade 8 (oito) anos.** *Lucélio Fiemg* – Nas condicionantes no item 7, só
191 reforçando a pedido da Fiemg, a posição sobre o prazo de trinta dias dos fornecedores, aquela velha
192 história que a Fiemg tem a posição de quem em trinta dias não é possível. Então ela ratifica aqui
193 que em trinta dias não é possível. *Shelley* – A proposta de 90 dias ou 120 dias. Proposta para
194 votação. *Lucélio* – A proposta da Fiemg dois anos. *Shelley* – Eu coloco em discussão. *Pedro*
195 *Coelho* – É só para lembrar que na reunião passada foi discutido o assunto e chegou ao
196 entendimento que a gente adotaria em todas as reuniões a redação que foi proposta naquela reunião
197 passada. Inclusive que foi votada. *Gilson* – Só uma observação. Que aquele dia a proposta foi
198 minha e ficou que não discutiria mais isso. Que ficaria esse prazo colocado de 30 dias, mas também
199 ficou que caso o conselheiro tivesse uma boa justificativa em cima de um caso ou outro, ele poderia
200 argumentar e solicitar um prazo maior. *Roberto Soares Nogueira* – *Federaminas* – Acho que está
201 havendo uma pequena confusão, os dois anos é sobre os 120 dias e não sobre os trinta. *Átila* –
202 Embora a decisão da Reunião de Itaúna, por opinião do Gilson, que esse assunto não entrasse mais
203 em pauta, uma vez que já está decidido e que o Copam adotou esses prazos. Mas isso não impede
204 evidentemente a voz da Fiemg que nós registramos, e vamos continuar registrando que esse prazo é
205 exíguo para que o empreendimento possa licenciar, uma vez que o Estado não licencia menos do
206 que esse prazo. *Shelley* - Mantém então mais um pedido da FIEMG pra mudar que ela não
207 concorda, mas se mantém aquilo que a Câmara colocou e aprovou na última reunião. Item 6.3.
208 Quem estiver de acordo que se mantenha como está. Mantido os prazos acordados pelo conselho na
209 última reunião e votado. Aprovado. ITEM 6.4 – FUNDIÇÃO WAG JOSÉ LTDA., fundição de
210 ferro fundido – Cláudio/MG – PA/COPAM/Nº 01730/2003/001/2003 – **Licença concedida com**
211 **condicionantes, prazo de validade de 08 (oito) anos.** Item 6.4. – Fundição Wag José Ltda –
212 Fundição de Ferro Fundido de Cláudio – MG. *Capitão Valmir* – Esse processo veio de Belo
213 Horizonte e tem de incluir a condicionante padrão que nós votamos. A inclusão da condicionante de
214 apresentar a licença, a autorização ambiental dos empreendimentos recebedores das sucatas
215 metálicas geradas no processo produtivo. Aliás, é o contrário. Apresentar dos fornecedores de
216 matéria prima no prazo de trinta dias se não houver no prazo de 120 dias. *Licínio Feam Belo*
217 *Horizonte* – Na realidade houve uma intervenção da Fiemg em Belo Horizonte, suprimindo essa
218 condicionante para todo tipo de empreendimento. Era o procedimento normal nosso até um tempo
219 atrás, até uns seis meses atrás, houve então uma intervenção da Fiemg no sentido de que essa
220 proposta dessa condicionante, não especificamente para Cláudio, mas no âmbito total do Estado, ela
221 foi suprimida em outras instâncias. *Shelley* – Eu acho que o conselho tem toda liberdade de aprovar
222 o que bem entende, é lógico que se começar a haver choque entre a Câmara e o Conselho, nós
223 poderíamos levar isso à Plenário do Copam para uma decisão mais dinâmica, mais geral. De toda
224 maneira continua válido o que foi aprovado, que é um direito de vocês conselheiros. *Luciana* –
225 Retornando a essa questão do licenciamento dos fornecedores, eu só gostaria de lembrar que o
226 acesso à Justiça o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, é uma garantia
227 constitucional, está no artigo 5º, é uma cláusula, não pode ser suprimida da nossa constituição e



228 nosso estado de direito. Então o conselho é deliberativo, ele decidiu dessa maneira, não pode ficar
229 com essa preocupação que se a Fiemg está buscando a via judicial, é uma garantia que a Fiemg
230 tem assim como qualquer outro cidadão, qualquer outra entidade, de buscar o pronunciamento
231 judicial a respeito de um determinado assunto. A decisão do Copam Regional é soberana e nós
232 podemos sustentar o nosso posicionamento já exposto em outras reuniões, exaustivamente já
233 discutido e questionado. *Gilson* – Gostei muito do pronunciamento da doutora Luciana, acho que é
234 um direito, e quando eu falo da Fiemg eu estou falando de uma grande parceira da Funedi. Houve
235 um posicionamento do conselho e que acho que a partir desse momento o conselho não pode
236 receber pressão. *Shelley* – No envolvimento nós estamos recebendo algumas propostas que foram
237 analisadas em Belo Horizonte, então elas vêm analisadas a mais tempo. As que estão sendo feitas
238 agora, depois definidas isso, já estão encontrando, nos processos antigos é que às vezes vêm sem
239 essa decisão, por que ela foi tomada posteriormente. *Átila* – Com relação ao que o Licínio
240 comentou sobre uma produção mais limpa, eu gostaria de informar que a Fiemg implantou esse
241 projeto em Divinópolis e Itaúna, com a participação de nove empresas, o projeto já concluído, com
242 resultados bastante significativos: economia de energia, diminuição de resíduos, enfim, é proposta
243 nossa estar levando depois para Cláudio, esse mesmo projeto em parceira com a Fiemg e Sebrae.
244 ITEM 6.5 - FRIGORIFICO VALE DA CONQUISTA – abate de bovinos e suínos –
245 Itagura/MG - PA/COPAM/Nº 00011/2004/001/2004 – retirado de pauta. A solicitação da retirada
246 da pauta do processo Frigorífico Vale da Conquista se deve ao fato de que a técnica que
247 acompanhou esse processo já desligou-se da Feam, não estando presente para defendê-lo. O NARC-
248 ASF procederá vistoria e o processo retornará na próxima reunião. ITEM 6.6 – GRANJA 2R
249 ESPÓLIO DE JOSÉ RACHID GONTIJO - avicultura de postura e suinocultura –
250 Divinópolis/MG – PA/COPAM/Nº 00020/2002/002/2004 – concedida licença de operação com
251 condicionantes, prazo de validade de 06 (seis) anos. Item 6.6. Granja 2R – Espólio de Ricardo
252 Rachid Gontijo, avicultura de postura e suinocultura – Divinópolis – MG. Em discussão. *Camilo de*
253 *Lelis* – Eu gostaria que acrescentasse na condicionante que trouxesse ao processo a nota fiscal da
254 venda do esterco, da cama de frango. Por que nós sabemos que a maioria dessa cama de frango,
255 apesar de estar proibida, ainda é usada para alimentação animal. No caso dessa granja, os dois
256 galpões de cria e recria das frangas, pode ser usado para isso. Então eu gostaria que colocasse essa
257 condicionante e apresentasse a condicionante da venda da cama de frango. *Luciana* – O técnico
258 informou aqui que uma das maneiras mais eficazes de combater a proliferação das moscas é, se eu
259 não estiver enganada, é retirando o esterco, é isso? E a condicionante não estabelece um prazo, uma
260 periodicidade para a retirada desse esterco. Então eu gostaria que isso fosse fixado, para evitar que
261 isso fique somente a critério do empreendedor e talvez haja um prejuízo na proliferação dessas
262 moscas e trazendo maior incômodo para a população que é vizinha ao empreendimento, ou mesmo
263 algum outro dano ambiental. *José Antônio* – Aqui na região nós temos notado que o esterco é
264 retirado no prazo da muda forçada, com 75 semanas de idade. Tem regiões que tiram com 15
265 semanas de idade, isso depende do manejo, depende das condições de instalação da granja. A granja
266 tem piso baixo aqui, e se for retirada em 10 ou 15 semanas, vai dar muito estresse nas aves. *Marcos*
267 *Vilela* – Justamente em cima dessa condicionante que a doutora levantou é que hoje nós estamos
268 tendo um problema sério com a Granja São Geraldo. Eu acho que deveria estar trabalhando em
269 cima das referências mais atuais. É uma preocupação muito grande e provavelmente nós vamos ter
270 problemas com relação a proliferação de moscas na comunidade próxima ao empreendimento.
271 *Luciana* – Se fosse o caso, o técnico pode esclarecer melhor, estabelecer um prazo máximo para
272 retirada desse esterco, da Granja São Geraldo, tão falada aqui, que a retira com mais de noventa
273 semanas e não há um critério. Vamos estabelecer um prazo máximo, um limite para a retirada desse
274 esterco, para evitar o sofrimento depois como a gente está vendo aqui em Divinópolis. *José*



275 *Antônio* – O prazo sugerido por mim seria de seis meses, daria um bom prazo para retirar essa cama
276 debaixo das gaiolas. *Marcos Vilela* - Dentro do que foi mostrado, dentro das condicionantes
277 levantadas, principalmente em relação a Granja São Geraldo, no último licenciamento que ela teve
278 de operação, parece que consta que a remoção do esterco seria de 5 em 5 dias. *Marcos Vilela* – A
279 normativa deve ser igual para todos. Independente de onde seja, em todos os lugares onde estão
280 instaladas essas granjas, existem moradores no entorno. Igual a doutora falou, temos que
281 preocupar com a qualidade de vida das pessoas que moram no entorno da granja. *José Antônio* – A
282 primeira coisa que nós temos que observar é que as granjas situadas aqui em torno de Divinópolis,
283 todas elas não estão dando problema. Todas elas estão tendo o monitoramento, o controle dessa
284 infestação, tudo dentro do padrão normal. Agora só ela é que está dando problema. Então eu não
285 vejo porque fazer uma normativa para atender todas as outras granjas que não estão dando
286 problema. Agora retirar de 5 em 5 dias, nem tem esterco e em quantidade suficiente e mão -de -obra
287 para retirar esse esterco. *Emílio* – Tecnicamente falando, o esterco quando ele está no castelo maior
288 e mais seco, a multiplicação dos inimigos naturais das moscas é muito grande, por isso que se deixa
289 por mais tempo. De uma certa maneira, quanto mais velho o esterco, menos mosca tem. Pois haverá
290 uma fauna muito grande dos inimigos das moscas. No caso específico de uma recomendação para a
291 retirada a cada 5 dias é um caso extremíssimo, inclusive eu acompanho em parte, pois sou consultor
292 da Granja São Geraldo. Só se faz isso em caso extremo, pois envolve muita mão de obra, muito
293 estresse, é anti-econômico e tecnicamente falando não se recomenda isso por que quanto mais
294 rápido se tira um esterco mais se perpetua a população de moscas dentro de um certo limite.
295 *Luciana* – Atendendo a sugestão do técnico gostaria de sugerir que a condicionante viesse nesse
296 caso específico então, com prazo máximo para a retirada do esterco com 24 semanas. Seria seis
297 meses. Seria o prazo máximo. Ficaria a critério do empreendedor de retirar com menos prazo ou se
298 houve uma necessidade extrema a sugestão administrativa para a retirada em um prazo menor.
299 *Roberto Soares* – *Federaminas* - A norma é feita para a normalidade, o que é exceção tem regra à
300 parte para ser tratado de forma diferente. *Marcos Vilela* – Acontece que essa granja já vem tendo
301 esse tipo de problema com a comunidade há quase nove anos. *Shelley* - Na condicionante número 1
302 está aqui: providenciar a demarcação da reserva legal junto ao órgão competente e a sua averbação
303 junto ao cartório de registro de imóveis. Pois eu tenho observado o seguinte: quando o
304 empreendimento tem que recompor a área, ou de reserva legal ou de recuperação, ela tem uma certa
305 dificuldade de conseguir licença do IEF para entrar nessa área e fazer a manutenção. Por que se
306 fosse recuperação que já saísse autorizado daqui, para poder entrar nessa área e fazer a manutenção
307 dela. *José Antônio* – A demarcação da reserva, é pura e simplesmente, se da renovação da licença.
308 *Shelley* – Coloco em votação, quem estiver de acordo que se mantenha como está. Aprovado.
309 *Camilo* – A condicionante número 1 é de que se apresentasse mensalmente a destinação da cama de
310 frango com nota fiscal. *Shelley* –em votação? O prazo para essa condicionante, eu acho que é
311 imediato. Aprovação desta nota fiscal, Aprovado. Segunda proposta aprovado o prazo colocado
312 pelo técnico com prazo de 6 meses. Item 7 – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA
313 EXAME DE AUTOS DE INFRAÇÃO: Item 7.1 – Blinice Indústria, Comércio e Distribuidora
314 de Bebidas Ltda (Ex. Indústria e Comércio de Refrigerantes Palomo Ltda) – Cláudio - MG –
315 AI : 1964\2004 - PA\COPAM Nº 0034\1999\003\2005 – Aplicação de multa pela infração
316 gravíssima no valor de R\$ 26.603,56. *Camilo* - Esse processo pedi vistas dela na última reunião
317 pelo seguinte: porque era proposto pelo departamento jurídico a multa e a paralisação da empresa
318 pela razão de eu ter pedido vistas. As condicionantes estão quase todas cumpridas, exceto a
319 construção da foz que está dependendo de uma licença que está protocolado aqui desde 2004 na
320 FEAM de um outro licenciamento e envazamento de água mineral. Eles foram furar os poços
321 artesianos e não deu água mineral. Então sou favorável a permanência da multa, porém sem parar



322 as atividades da empresa, isso ajuda a agilizar esse processo. *Gilson* - É exatamente isso, não
323 adianta barrar a coisa se tem outra possibilidade. *Capitão Valmir* - Eu concordo com o
324 posicionamento do Camilo. Na reunião passada, foi discutido, apesar de ter adquirido a nova
325 empresa e à assumiu, o passivo ambiental, o descumprimento das condicionantes foi realizado pela
326 outra empresa, então ela assume o passivo. E como só falta uma condicionante, segundo o que eu li
327 no relatório do Camilo, creio que a autuação deve ser mantida com certeza, mas já que só falta uma
328 condicionante que seja a ela dada essa oportunidade para estar regularizando a situação. *Leslie* -
329 *diretor Blinice* - Nossos esforços foram todos voltados nos últimos 8 meses em função do
330 cumprimento das condicionantes eu gostaria de agradecer a vistoria feita pelo Camilo e de pedir
331 que se repensasse a questão da multa. Nos últimos oito meses, nós gastamos mais com as
332 condicionantes do que com a folha de pagamento. *Shelley* - Não temos esse poder. O que você
333 pode é fazer um recurso, tem um prazo legal para fazê-lo, que são vinte dias se não me engano.
334 O nosso advogado pode te instruir nesse aspecto, mas nós não temos como ir contra um parecer já
335 definido. Então coloco em votação. Quem estiver de acordo que se mantenha como está. Aprovado.
336 Item 7.2 - Prefeitura Municipal de Pains - área de disposição de resíduos sólidos urbanos -
337 Pains/MG - AI nº 15031/2005 - PA\COPAM Nº 12678\2005\001\2005 - Retirado de pauta.
338 *Rogério Noce* - há um direcionamento específico por parte de Belo Horizonte, a respeito
339 exatamente desse plano de pauta que ele é genérico em Minas Gerais pela imposição da infringência
340 de DN-52, e que no total foram aplicadas em torno de 543 autos de infração em prefeituras
341 municipais com relação a lixões. Tanto a SEMAD quanto a FEAM articularam para que as unidades
342 regionais procedam realmente dentro do nível de capacitação, avaliação e emissão de parecer
343 técnico e parecer jurídico. Mas esses processos todos serão colocados em discussão em Belo
344 Horizonte para que haja uma articulação e uma padronização única em relação a esses 543 autos de
345 infração. Para que não possa realmente existir nada em relação a um padrão de análise por parte de
346 um conselho. A decisão que está sendo colocada a nível da Câmara de Atividades de Infra-Estrutura
347 do COPAM-CIF para que haja uma padronização específica das instâncias, por que esse vai ser um
348 julgamento de Auto de Infração. Haverá ainda reconsideração e os aspectos de recurso à plenário.
349 *Shelley* - Rogério que é importante dizer aqui, e que vale pra todas essas prefeituras. Nós fizemos
350 com Barbacena. O prefeito de Barbacena foi com sua equipe toda ao Copam da Zona da Mata e
351 numa reunião em Visconde do Rio Branco ele fez a defesa do aterro dele, pedindo uma prorrogação
352 de prazo, que era justificada dentro do caso dele tinha uma justificativa bastante plausível. A
353 plenária do Copam então fez uma moção, essa moção reforçou o pedido do prefeito. Foi um pedido
354 do próprio Copam Regional com uma moção. Isso foi levado ao Copam, à plenária do Copam, o
355 prefeito foi com toda a sua equipe e ele pessoalmente assumiu o compromisso tudo estaria pronto,
356 justificou porque que ele não tinha condição de atender. O Copam votou por unanimidade dando o
357 prazo de seis meses pra ele, com 33 votos de unanimidade e com o pessoal elogiando a coragem
358 dele de pessoalmente ir lá e dizer que nesse dia está pronto, eu garanto e está o meu pessoal todo
359 aqui, etc. Existem justificativas que são difíceis às vezes em avaliar simplesmente por um ponto.
360 Como você não está julgando muitas vezes o prefeito e sim a prefeitura, as pessoas às vezes fazem
361 confusão. Como existiu eleição para prefeito há dois anos, e algumas coisas que foram feitas que
362 não davam, então eles estão justificando esses projetos e ainda estão tomando conhecimento e até
363 tomaram a apenas um ano atrás. Mostrando as dificuldades, problemas que existem. *Gilson* - Agora
364 eu sempre acho que é saudável, quanto mais a gente exercitar no processo da descentralização
365 melhor. Se todas as vezes que a gente tiver dificuldade, tiver que olhar pra cima, eu acho que
366 atrapalha. Acho que a norma tem que ser geral mesmo, senão vai ser um transtorno. Não sei o quê
367 que impede ao Copam Regional de dar um parecer, mas a alteração seja a nível central, mas que o
368 parecer seja dado por nós. Até para tomarmos conhecimento dos problemas que estão acontecendo.



369 *Shelley* – Eu acho até que poderia discutir com os conselheiros, não nesse caso, mas a nível geral,
370 todas as prefeituras. Eu acho que isso é um bom assunto para trazer na pauta, o pessoal todo que
371 está discutindo isso a nível geral para fazer uma apresentação de tudo, para vocês entenderem como
372 a coisa está sendo contextualizada a nível de Estado e a gente poder discutir aqui o caso específico
373 dessa região. Isso é uma coisa que está sendo estudada há três anos e se pegarmos a coisa andando,
374 vai estragar. *Rogério Noce* – Acho que o professor Gilson falou é pertinente dentro daquela
375 situação de trazer toda definição dentro da região do Alto São Francisco, de trazer isso antes de se
376 levar, em uma situação de bloco. Para não ficar eternamente a situação de Auto de Infração e
377 eternamente sem julgamento. Então isso deve ser feito no prazo muito curto, já no começo do ano
378 que vem, e ao fazermos isso no término das férias até fevereiro, vamos conseguir eliminar essa
379 situação de todos os que estiverem sendo feitos os pareceres técnicos e jurídicos para trazermos até
380 na primeira reunião se for o caso, para uma apresentação, antes de se levar especificamente isso.
381 Item 8. Balanço e prestação de contas. *Lais* – *Vamos expor* o trabalho do NARC e
382 conseqüentemente o trabalho dos senhores conselheiros, dos processos julgados de licenças e autos
383 de infrações. Em 18 reuniões, os senhores julgaram 162 processos de licença ambiental e 37
384 processos de Autos de Infrações, incluindo aplicações de penalidades e pedidos de reconsideração,
385 somam 199 processos julgados, Quanto aos FCEI's são muitos com defeito, com falta de
386 informações, e temos a devolver 758 formulários de caracterização do empreendimento que estão
387 preenchidos incorretamente. *Shelley* – Esse é um trabalho de pessoas que estão para as empresas e
388 preenchem incorretamente. Isso atrasa para o empresário, depois eles reclamam dos retornos.
389 Porque vem faltando dados, vem informações incorretas, vem uma série de coisas. Então o pessoal
390 devolve. Prende o FCEI, por não tem jeito de entrar com a coisa errada dentro do computador,
391 rejeita, então fica tudo parado. Então eu gostaria de pedir, por nós estarmos fazendo um trabalho
392 muito grande principalmente na agenda azul, agenda verde, que é no IEF, principalmente nas
393 criações dos núcleos, nós acabamos de fazer um treinamento muito grande com IEF dos núcleos,
394 pra agilizar, para as pessoas que estão precisando saber como receber, como orientar. Mas eu queria
395 ver se as Fiemg's regionais também nos ajudasse. Os sindicatos de agricultura também podem nos
396 ajudar, eles já estão fazendo um bom trabalho, mas nos ajudar na orientação das pessoas que estão
397 fazendo o seu pedido para conseguir o licenciamento ambiental. Veja os índices altíssimos que nós
398 temos. Mas depois dos treinamentos dos núcleos do IEF, isso abaixou muito esse mês, pelo que eu
399 tive informação. Mas vai baixar muito mais ainda. *Gilson* – com relação à universidade nós estamos
400 à disposição sempre para a questão do meio ambiente. Quando você estava fazendo uma análise
401 comparativa de alguns lugares, eu estava aqui perguntando: Será que a nossa região ela tem uma
402 estrutura igual a de outras regiões? Isso me preocupa um pouco. O Copam, na nossa região, NARC,
403 eu sinto que a estrutura é muito pequena. *Shelley* – Deixa eu responder isso que é uma coisa que me
404 apaixonou sobre o NARC. Estou praticamente saindo três ou quatro para montar o primeiro NARC
405 em Uberlândia a três anos atrás. Ninguém sabia o que era isso, ninguém sabia o que era Copam
406 Regional, estavam começando a descentralização. Hoje já temos 7, todos eles funcionando. Para
407 vocês terem uma idéia nós temos mais de 3 mil processos já licenciados e julgados pelos Copam's
408 Regionais. Tem alguns que funcionam maravilhosamente e outros começando a crescer. É porque a
409 maioria das pessoas não sabiam nem que existiam Copam, FEAM, NARC, Licenciamento, a
410 informação nunca chegou para o pequeno produtor rural. Estamos chamando, orientando, palestra,
411 conscientização, mostrando, ajudando nesse processo de trazer as pessoas para estarem de acordo
412 legalmente com o seu licenciamento. Mas esse processo é natural, porque quando se começou a
413 criação do NARC, nós nem sabíamos direito como a coisa ia correr, então nós esperamos uma
414 demanda que só agora começou a se concretizar, por ela só começou a se concretizar quando você
415 abriu o NARC para o FCEI e FOBI. Aí as coisas começaram a serem feitas diretamente aqui.



416 Mesmo assim existe uma inércia, muitas das pessoas que estão aqui ainda vão à Belo Horizonte, por
417 que não sabem do NARC, as pessoas de outras cidades e vão diretamente à Belo Horizonte em vez
418 de virem aqui. Quando nós começamos, nós colocamos técnicos do IEF, da FEAM e do IGAM
419 juntos aqui nessa região. Fizemos um valor, nos não podíamos colocar 50, 100, não tinha sentido.
420 Então nós colocamos uma área administrativa, pautada naquilo que nós queríamos, toda parte de
421 computação que nós colocamos à disposição, a nova lei 74/04 que é a base legal do Licenciamento
422 no Estado de Minas Gerais. Uma equipe de advogados capazes de dar análise jurídica dos
423 processos, que foram treinados, desenvolvidos para esse processo, que estão trabalhando de uma
424 maneira diferente, estão trabalhando ao longo de todo o processo o que não acontece em outras
425 regiões. Nós colocamos 4 da FEAM, 2 do IEF e 1 do IGAM para começar. Quer dizer, não vou
426 falar, FEAM, IGAM, IEF, vou falar agenda Marrom, agenda Azul e agenda Verde. Começamos a
427 verificar realmente a demanda que existia nas regiões. É lógico que o tipo de profissional que você
428 tem aqui, é diferente do tipo de profissional necessário no Triângulo. E é isso que nós estamos
429 fazendo, adaptando o quadro de técnicos às exigências e às demandas da região, o quadro técnico de
430 profissionais. Isso agora começa a ser feito, nós fizemos o segundo reenquadramento de
431 profissionais nos NARCs, procurando adaptar e já preenchendo algumas lacunas que já existiam.
432 Acho que isso é um processo que vai acontecer gradualmente, de acordo com a demanda da região,
433 por isso é que nós estamos atentos a todo processo de FOBI emitido, FCEI, retorno, por que essa
434 demanda é o que vai nos dizer a quantidade de profissionais. Somando a isso vem um problema que
435 também é importante dos convênios com especialistas da região. Atualmente como era fechado em
436 Belo Horizonte, 90% dos especialistas eram pegos na Universidade Federal de Minas Gerais ou na
437 Universidade de Lavras e na Universidade de Viçosa, que tem convênio direto com o IEF. Meio
438 Ambiente, multi disciplinar, você precisa de profissionais múltiplos às vezes por que o trabalho é
439 positivo. Então às vezes você não tem profissional específico, acontece um problema de rã, de
440 galinha, você precisa de ir lá buscar um cara específico. Você não vai montar uma equipe de mil
441 pessoas com especialistas de tudo. É esse o problema que nós temos procurado, é uma gestão desse
442 processo ao longo de todo o Estado de Minas Gerais. *Laís* – Para nós foi uma surpresa a demanda
443 em questão de denúncias e das próprias requisições do próprio Ministério Público. De imediato, a
444 regionalização e descentralização foram para formalizar os processos e que a análise também fosse
445 mais ágil e com prazo de 90 dias para que nós levássemos os processos a julgamento, porém a nossa
446 demanda é altíssima. Então nós temos uma equipe para falar que nós somos um órgão fiscalizador.
447 *Shelley* – Polícia Militar e os NARCs vão estar totalmente integrados no poder de fiscalização, isso
448 tem que aprovar primeiro. Enquanto não for aprovado nós não temos condição, mas aprovando
449 muda esse sistema. *Laís* – Nossa demanda de Ministério Público chega às vezes a 18 demandas em
450 um único dia, com aqueles prazos de 25 a 30 dias, pra que demos um retorno à promotoria, que
451 depende às vezes de vistoria. Muitas vezes quando é só informação se a empresa tem licença
452 ambiental, se ela está cumprindo as condicionantes, isso é fácil e nós respondemos de ofício. Mas
453 quando é uma demanda que requer a vistoria, infelizmente o NARC deixa às vezes a desejar por
454 não estar atendendo a tempo. Tivemos em maio de 2005 a resolução 261 do senhor secretário, que
455 ele solicitava que todas as entidades se reportassem diretamente a SPA/SEMAD, no tocante a
456 demanda de fiscalização e de resposta para o Ministério Público e infelizmente tem vindo
457 diretamente para os NARCs. É o que atrasa também, por que o NARC tem que remeter à SPA para
458 que ela efetua a distribuição. *Shelley* – Eu tenho à conclusão de que os NARCs foram criados
459 exatamente para dar agilidade e qualidade aos processos. Acho que o Estado tem a obrigação de dar
460 a todos eficiência em seu trabalho, essa é a função pública nossa. Isso é uma das coisas que eu vou
461 lutar, enquanto estiver aqui. Eu sei que existem problemas ainda, e esses problemas vão ser
462 devidamente equacionados e que após a aprovação do NARC na Assembléia, por que nós ficamos



463 muito amarrados nesse problema. Por que ela não ter condição hoje de controlar seus custos de seus
464 NARCs, tem um centro de custos próprios. Então se usou muito o processo de usar o IEF que já
465 estava montado na região, para que fosse repassado aos NARCs essas verbas necessárias para que
466 ele pudesse ser montado, se não nós estávamos ainda discutindo a formação dos NARCs. Então
467 com essa aprovação na Assembléia, nós já começamos a ter um centro de custos e as coisas vão se
468 regularizar. *Laís* – A última informação foi do número de 1876 FOBI's emitidos e nós estamos ainda
469 com uma pendência de 289 FCEI's para serem analisados e ser emitido o FOBI. *Laís* – São FCEI's
470 que chegam pelo correio e nós vamos analisá-los para ser emitido o FOBI, ou para devolvê-los para
471 correção. *Laís* – Infelizmente aqui no NARC Alto São Francisco tem 289 FOBI's para serem
472 emitidos, é um passivo criado já no NARC. *Shelley* – Isso é um problema administrativo nosso e
473 nós vamos resolver. *Laís* – Nós já concedemos 215 autorizações ambientais de funcionamento.
474 *Shelley* – Nós não criamos o NARC para criar com a mesma demora que as unidades centrais
475 criavam. *Laís* – Quanto à resposta para esse período, infelizmente ocorre que as empresas
476 apresentam documentação com prazos vencidos e que posterior a análise das AAF's nós temos que
477 solicitar alguma documentação para complementar a formalização do processo da AAF. Isso gera,
478 às vezes o atraso na concessão, documento apresentado pela própria empresa já vencido. Já foram
479 concedidas 364 APEF's, que foram formalizadas no NARC e concedidas pelo IEF. Foram 289
480 outorgas. A formalização das licenças ambientais para classe 3 e 4, ainda é um número pequeno,
481 somente 41 processos que foram formalizados. Eu gostaria de ressaltar que em um ano de NARC,
482 hoje o nosso conselho está muito rigoroso, as discussões tanto técnica e jurídica tem levado
483 realmente a uns debates. *Shelley* – Isso é muito bom. Eu não acho que tem que tolher conselheiro
484 não. Conselheiro tem direito. Ele foi colocado aqui para discutir, para colocar, tem liberdade pra
485 isso, tem uma regra democrática e é um direito de todo conselheiro. *Laís* – O NARC Alto São
486 Francisco está satisfeito com o rigor dos conselheiros, que eles cobram. *Shelley* – Acho que as
487 discussões são ricas, saímos mais seguro daquilo que decidimos. Acho que o conselho é para isso,
488 discutir. *Laís* – O NARC agradece a compreensão e apoio do conselho que durante o ano, em
489 especial ao doutor Shelley. *Shelley* – Muito obrigado. *Regina Greco* – Representando o Comitê da
490 Bacia no Convênio feito junto à Agência Nacional de Águas, IGAM e Associação de Usuários
491 CBH-Pará o convênio foi firmado a nível do senhor secretário de Estado, José Carlos Carvalho pra
492 que ocorresse o cumprimento da Legislação responsável pelas águas que é a lei 13.199/97 e o
493 decreto que regulamenta que é o 41.578/2001. Os recursos hídricos da bacia precisam ser
494 cadastrados e precisa ser feito através desse processo de cadastramentos dos usuários de água. Vai
495 se retirar os de uso insignificante, que corresponde hoje, através do Conselho Estadual de Recursos
496 Hídricos, de uma discussão que começou aqui em Divinópolis através do Comitê da Bacia do Rio
497 Pará. Esse processo iniciou-se no mês de agosto e me pediram para estar aqui hoje para estar
498 colocando esse balanço oficial, como o Convênio é IGAM, SEMAD, via Agência Nacional de
499 Águas, para que mostrasse também esses valores. O formulário tem sete páginas, e hoje a
500 Associação de Usuários já está com senhas, onde ela pode entrar no sistema da ANA e fazer o
501 registro legal, nós já estamos com um pouquinho só de cadastros digitados. Nós temos 3165, isso é
502 um dado de ontem a tarde, já registrados. Nós temos, do mês de agosto até 30 de novembro, 13.577
503 cadastros já realizados. A previsão do Governo Federal, inicialmente em fevereiro desse ano, é de
504 que nós teríamos 3500 propriedade rurais e atividades econômicas. A previsão da Associação dos
505 Usuários da CBH-Pará, era entre 15 mil e 18 mil formulários preenchidos. Dentro deles nós temos
506 uma média de 2,5% por cadastro, e em algumas exceções até 40, 50 pontos por propriedade rural
507 nesse cadastramento. Os estudos que foram feitos com os técnicos do IGAM, da Associação e da
508 ANA, é que nós tenhamos de formulários preenchidos, cadastros realizados, em torno de 25 mil.



509 *Shelley* – Isso quer dizer que 50% mais ou menos ainda vai cadastrar. *Regina* - Eu ainda
510 tenho 50% hoje. Está confirmado que nós vamos ter um aditivo econômico em cima disso e
511 o dinheiro que tinha sido repassado para a Associação de Usuários foi R\$ 260 mil, para
512 fazer os 13.200 cadastros, nós com R\$ 130.770,00, conseguimos realizar 13577. Nós
513 vamos ser cinco dentro do Estado que vai estar com esse formulariozinho, que é um
514 documento onde o cidadão, onde o proprietário rural já tem a sua área cadastrada e
515 oficializada. E aí nós temos um balanço do consumo de água e vazão de água. Nós como
516 usuários de água, estamos fazendo um trabalho que está na lei, mas o primeiro princípio é
517 de cunho social, nós só queremos ajudar quem utiliza da água hoje. Porque a água está em
518 conflitos de uso na nossa bacia. Nossa bacia tem 12500 km², vamos chegar aos 25
519 cadastros, fora prefeituras, fora Copasa. Item 9 – Assuntos Gerais: Revisão do
520 julgamento do Pedido de Reconsideração do empreendimento Auto Posto Carro de
521 Boi Ltda – Formiga – MG – AI:1647\2004 – PA 2658\2002\002\2004 – Pedido de
522 Reconsideração Intempestivamente , foi acatado indevidamente pela URC na 18ª RO.
523 Decisão Retificada, não conhecimento do pedido de reconsideração. *Shelley* –. Item 9. O
524 Rogério me substitui aqui, mas queria antes agradecer muito aos conselheiros por esse ano
525 tão bom que passamos. Muitos problemas, mas construímos muito. Gostaria de agradecer a
526 todos pelo trabalho, pelo empenho e agradecer ao NARC. O trabalho do NARC é
527 incansável. Eu sei que os desafios são enormes, existem problemas ainda, mas as pessoas
528 estão procurando fazer o melhor possível. I. *José Antônio* – Foi solicitado na última
529 reunião no dia 17 de novembro uma vistoria nossa, e nos acompanharam também os
530 conselheiros Capitão Valmir, o Camilo, Marcos e o conselheiro Edson Conceição que não
531 está aqui. *Shelley* – Então vou colocar em discussão, os assuntos vão aparecendo e nós
532 vamos debatendo. Vamos ver as fotos. *José Antônio* – Essa é uma armadilha, ela está
533 sobrecarregada de mosca. Você está vendo que não tem manejo nenhum. O pessoal não
534 está fazendo a manutenção, não estão retirando essas moscas mortas e não está havendo o
535 manejo adequado nessas armadilhas. Isso aí é uma outra armadilha que não tem veneno
536 nenhum, defensivo nenhum para combatê-las. Completamente vazio. Isso é uma outra
537 armadilha, ela está situada junto à vegetação rasteira muito propícia a infestação de moscas
538 e também não está sendo feita a manutenção dessas armadilhas todas elas estão sem
539 veneno. Isso também é outra armadilha que não tem manutenção nenhuma. Outra
540 armadilha que não foi esvaziada, inclusive também está no meio da vegetação rasteira que é
541 muito propício o acúmulo das moscas. Então não está tendo controle nenhum dessas
542 armadilhas. Isso é uma vegetação rasteira do lado direito do galpão. Era para ter feito uma
543 limpeza nesta área, não foi feita, as armadilhas estão junta das áreas infestadas. A
544 vegetação rasteira em torno dos galpões não está sendo feito nenhum controle desse mato
545 rasteiro no entorno dos galpõe. *Capitão Valmir* – Nós acompanhamos a fiscalização,
546 juntamente com o Camilo, o Edson da Conceição, com o José Antônio e o Marcos, e foi
547 também o Cabo Vanderley da Policia ambiental. Há muito tempo a gente vem enfrentando
548 problemas com relação a Granja São Geraldo. Diversas denúncias e fazíamos as
549 fiscalizações e eles estavam cumprindo as condicionantes, só que essas condicionantes não
550 estavam sendo suficientes para fazer o combate. Uma coisa interessante que eu até te
551 perguntei lá no dia, é sobre a vassoura de fogo, a chama de fogo, você falou que ela



552 funciona a noite, e o rapaz da granja também falou. Então tem a fiscalização lá que estava
553 tudo funcionando, as armadilhas, tudo. E a vassoura de fogo funcionado durante o dia. E
554 essa fiscalização sem qualquer conhecimento foi muito interessante por que vimos
555 realmente a causa dos problemas da região. Na verdade, eles cumprem as condicionantes,
556 ou estavam cumprindo as condicionantes só em véspera de fiscalização, que é a causa da
557 enorme geração de moscas que afligem os moradores da região ali. Eu não participei da
558 fiscalização dos moradores, mas eu vi o relatório, inclusive o boletim de ocorrência da
559 grande infestação na vizinhança. Então realmente o que chego a crer depois de tanto tempo
560 de fiscalização e o alto índice de incidência é a má vontade da empresa em estar cumprindo
561 as suas condicionantes e estar realmente evitando problema dessa proliferação de mosca na
562 comunidade ali que vem sendo assolada há muitos e muitos anos. *José Antônio* – Eu como
563 técnico já venho acompanhando em outras granjas e eu não estou vendo o efetivo controle
564 de combate às moscas naquela região, naquela granja. Teria que ter um técnico capacitado
565 para fazer com que o pessoal faça o controle eficiente. A gente vai lá um dia, alguns
566 galpões estão bons. A gente vai lá outro dia, está tudo ruim. Sem nenhum monitoramento
567 sem controle da nada. *Marcos Vilela* – Dentro do que foi levantado nos relatórios da
568 vistoria, ficou faltando uma posição final em relação ao auto de infração que foi cometido,
569 em relação às condicionantes que foram propostas. Que seja definido aqui, se não foi dentro
570 dos relatórios, que seja definido aqui o auto de infração para essa empresa. Ela não está
571 cumprindo porque ela não quer. Então esse caso da granja lá ele está totalmente fora de
572 qualquer padrão de funcionamento de granja. Eu gostaria de deixar aqui também uma
573 posição do seguinte: que seja votado uma moção no sentido de estar criando essa
574 normativa, um parâmetro, porque da forma que está provavelmente outras empresas na área
575 vai estar seguindo esse exemplo. Por que não está tendo nenhuma punição pra ele, há nove
576 anos que ele vem fazendo isso. *José Antônio* – Nós não temos competência para estar
577 fazendo autuação, nós já enviamos algum ofício para o IEF solicitando uma autuação para a
578 granja. *Marcos* - a promotoria do município tem como estar autuando o empreendedor
579 através desses relatório que foram levantados da vistoria? *Luciana* – Autuação não, porque
580 o Ministério Público não tem essa função administrativa, mas ele pode tomar medidas
581 judiciais e extra judiciais para resolver e solucionar o problema com base nesse auto de
582 fiscalização e com base também no boletim de ocorrência que foi encaminhado pela Polícia
583 Ambiental. *Marcos* - Isso a gente teria como conselheiro de estar procurando o Ministério
584 Público para poder estar oficializando isso ou automaticamente dentro do que foi
585 apresentado o Ministério Público vai tomar essa providências. *João Paulo de Brito* –
586 *advogado* – Eu gostaria que nós relevássemos no momento dessa reunião a situação que
587 paira a respeito da Granja São Geraldo. A empresa esta implantando desde 1965, o
588 problema foi detectado, existe um processo de Licenciamento Ambiental. Um parecer
589 técnico favorável por parte do Instituto Estadual de Florestas, em outra ocasião, bem dito
590 pelo técnico aqui presente, que em determinados momentos a população de moscas
591 realmente se avoluma e aumenta. Supõem-se que seja em razão dos galpões de número 11 e
592 12. Em assim sendo, este núcleo do Copam já encaminhou moção anteriormente, votada
593 pelo plenário do Copam, ocasião em que foi concedido ao empreendimento até 20 de
594 janeiro para solucionar a questão. Seria desativar os galpões 11 e 12. Obviamente até que



595 essa situação se concretize eu acho que seria extemporâneo a gente estarmos tratando da
596 mesma matéria, do mesmo assunto. Nós precisamos esperar dia 11, o prazo dado para a
597 desativação das duas unidades e após o dia 20 de janeiro, aí sim a gente poderia fazer uma
598 vistoria no local e realmente ver se a medida tomada foi eficiente ou não. Eu gostaria que
599 isso fosse relevado, que isso fosse levado em conta pelos senhores. *Marcos Vilela* – Eu até
600 concordo em relação à desativação desses dois galpões. Mas acontece que a vistoria que
601 nós fizemos nesse dia, vários outros galpões constatava a mesma incidência de moscas.
602 Então ficou bem provado, dentro do levantamento que foi feito que não estava sendo feita a
603 capina que deveria ser feita em volta dos galpões, as armadilhas não tinham o atrativo das
604 moscas, estavam cheias de moscas, sem fazer e limpeza e a manutenção delas. Então o foco
605 de moscas não está localizado só no galpão 11 e 12 não. Está localizado em vários outros
606 galpões. E até eu gostaria de estar propondo agora que seja feita uma visita lá da vigilância
607 sanitária do Estado. Por que existe residência dos trabalhadores dentro da granja e
608 provavelmente eles estão correndo risco em questão de saúde. *João Paulo de Brito* - Isso
609 foi levado à plenário do Copam no mês de julho e o plenário do Copam decidiu nesse
610 sentido e supostamente a incidência de mosca no interior na propriedade é em decorrência
611 do galpão 11 e 12. Então enquanto nós não tivermos o galpão 11 e 12 desativados, não
612 temos como avaliar essa condição. *Marcos Vilela* – Então eu gostaria que se pudesse fosse
613 lido o relatório em cima dos outros galpões que não fosse o do 11 e 12. Eu gostaria que
614 fosse lido para que as pessoas compreendessem melhor. Por que o que está acontecendo aqui
615 é o seguinte: está focando os dois galpões que vão ser desativados e o objetivo da nossa
616 vistoria lá, foi justamente em cima dos dois outros galpões, onde nós constatamos os
617 problemas. *José Antônio* – Verificamos que os galpões 11 e 12 estavam fora dos padrões
618 técnicos de distanciamento entre eles, todo mundo focou para aqueles dois a incidência de
619 moscas e esqueceram dos outros 11 galpões. Então constatamos agora nessa vistoria, 13
620 galpões nós fomos em 7 galpões, todos eles estavam com alta incidência de moscas. Porque
621 ele focou só nos galpões 11 e 12. Agora os dejetos das galinhas estão em todos os outros.
622 Então o pessoal deixou de fazer o controle eficiente em cima dos outros galpões. Por que
623 pela alta incidência de larva, abaixo dos galpões, porque quando nós contactamos não tinha
624 empregado nenhum, funcionário nenhum colocando cal abaixo desses galpões. Não tinha
625 manutenção nenhuma desse galpões e isso nós contactamos em loco lá. Falta de
626 manutenção, falta de apoio técnico por parte da granja. Inclusive nós tivemos em outras
627 propriedades ali e a incidência de moscas era horrível. Também não deu para mostrar
628 porque estava no filme. Isso é falta de um controle, falta de um técnico capacitado para
629 resolver o problema da granja. *Gilson* – Eu não sei em cima de quê eu estou decidindo.
630 Porque se houve um parecer técnico, de que aqueles dois galpões eram o problema,
631 portanto houve um erro técnico, esse técnico tem que ser de alguma forma
632 responsabilizado. Então eu preciso desse prazo pra verificar, quem decidiu isso? *José*
633 *Antônio* – A primeira coisa foi a locação dos dois galpões naquele local. Por que foi um
634 local que já teve lá uma mina, é um local que tem barracado não tem ventilação natural
635 nenhuma e o espaçamento técnico dos galpões... por exemplo se os galpões tem uma área
636 de 8 metros de largura a área de espaçamento a área tem que ser duas vezes essa largura de
637 um galpão para outro, tem que ser de 16 metros. E lá tem quatro metros de largura. Não



638 tem ventilação natural nenhuma. A umidade que gera a infestação, a proliferação da mosca.
639 Se não tem ventilação natural, a umidade tem que ser combatida com cal e o pessoal não
640 está fazendo o combate de acordo com o que nós constatamos lá. *Capitão Valmir* – Só
641 complementando a colocação do professor Gilson, eu já participei de outras fiscalizações
642 na empresa e a situação dos galpões 11 e 12 sempre se apresentou mais crítica. E o que nós
643 notamos especificamente nesta fiscalização, é que talvez o empreendedor tenha
644 interpretado isso: “Eu vou resolver o problema do galpão 11 e 12 e pronto”. Ele abandonou
645 tudo. Até os galpões 11 e 12. Nós fiscalizamos os outros galpões e as armadilhas estavam
646 sem veneno, sem manutenção. Então a situação dos outros galpões piorou sensivelmente
647 por que nós verificamos isso. A situação dos outros galpões já estava semelhante ou pior do
648 que a do 11 e 12. Então ele tinha que manter realmente, ele tem condicionantes para evitar
649 essa proliferação de moscas. Inclusive umas das condicionantes é de que se eles não manter
650 as condições ideais de umidade lá que ele tem que retirar de 5 em 5 dias. *Pedro Coelho* –
651 Esse processo entrou no NARC Alto São Francisco já faz algum tempo e nós começamos a
652 fazer vistorias, foi elaborado grupos de estudo, tudo para poder chegar a uma conclusão do
653 quê que seria melhor para solucionar o problema da proliferação de moscas. Acho que o
654 pleito do conselheiro Marcos é que grande valor, concordo também com o advogado João
655 Paulo na questão daqueles dois galpões deve ser aguardado referente a nova locação dos
656 dois galpões, mas não vejo problema algum a questão da autuação pelo descumprimento da
657 condicionante da proliferação de moscas no empreendimento como um todo. *Luciana* –
658 Por que a licença ambiental é um parecer técnico, não é um salvo conduto para o
659 empreendimento fazer o que quiser. A Licença Ambiental autoriza o empreendimento a
660 trabalhar, mas nós sabemos que a licença do direito ambiental não guarda todas as
661 características do direito administrativo. Nós sabemos inclusive que ela tem prazo e nisso
662 ela se diferencia muito do direito administrativo e, além disso, tudo as medidas judiciais
663 elas podem ser tomadas em desfavor do empreendimento mesmo que ele esteja licenciado.
664 Então acho que nós não podemos aguardar como o doutor João Paulo está sugerindo,
665 janeiro para resolver, eu também discordo com o senhor quando o senhor fala vamos nos
666 despir de qualquer outro sentimento, por que eu não atuo em nada só como promotora de
667 Justiça. E eu sou solidária com aquela população que sofre com o descumprimento da lei
668 ambiental pela Granja São Geraldo e eu vou dizer mais. Eu lamento profundamente que
669 esse empreendimento ainda esteja funcionando dessa maneira. *João Paulo* – A única coisa
670 que a gente roga que seja levada em conta é que nós estamos dentro de uma Estado
671 democrático de direito, onde os poderes devem ser independentes e harmônicos entre si e o
672 órgão superior do Sistema Estadual de Meio Ambiente que é o plenário do Copam. Decidiu
673 sobre esta matéria que está retornando mais uma vez a este núcleo. Em sua decisão do
674 ponto de vista técnico, o que ficou definido é que supostamente, o que gera a incidência de
675 moscas em toda a propriedade e aí nós não podemos avaliar os galpões do ponto de vista
676 isolado, quem decidiu foi o corpo técnico do Instituto Estadual de Florestas, seriam os
677 galpões de número 11 e 12. *José Antônio* – Eu não tenho competência para lavrar um auto
678 lá na hora e já solicitamos ao IEF para providenciar e já está aqui o ofício solicitando a
679 autuação daquele empreendimento. *Rogério* –O assunto já foi colocado, o próprio Capitão
680 Gerson já apresentou e já foi apresentado pelo próprio José Antônio também. Se isso não



681 foi feito, vai ser feito, que é a questão do Auto de Infração que tem quer ser emitido. E o
682 Auto de Infração tem o devido processo legal a correr, notificado em seguido. E vai correr
683 o devido processo legal. A argüição do próprio conselheiro Marcos ela vai ter esse rito
684 normal. Isso vai ser feito, foi colocado ao IEF. Não somente nós, mas dentro do circuito
685 novo que a gente vai instalar de acompanhamento das partes de fiscalização, o próprio
686 Capitão Valmir que lavrou um BO, isso vai ser argüido a verificação de a quantas anda.
687 Nós estamos agora em um intervalo, de dezembro até fevereiro de ter a próxima reunião.
688 Nada mais justo do que verificar essa situação, mesmo porque no decorrer desse tempo
689 estará espirando o prazo da licença concedida ao empreendedor, ao empreendimento. Há de
690 ser visto toda uma situação que o empreendedor terá que apresentar porque está no corpo
691 de situação de apresentação da renovação da licença, que já foi falado muitas vezes. Não
692 somente na situação que já foi apresentada aqui, do entorno, o caso já é longo, já se arrasta
693 há muito tempo. Nós vamos ter dentro do quadro geral, de conclusão deste balanço aqui, é
694 que haverá no curso desses próximos 60 dias ou menos uma definição clara em relação a
695 esse objetivo. Não somente aquilo a que o advogado colocou. Vai haver uma situação, o
696 processo de Auto de infração e um rito próprio que deve ser norteado independente de
697 outras ações Eu gostaria de deixar claro isso por que faz parte exatamente da apresentação
698 da situação que se propõem aqui, do balanço da apresentação de contas. Em função da
699 reunião acho que eu deixaria em aberto assim para que as pessoas se manifestassem na
700 parte final referente ao assunto para que a gente passar para outro ponto. *Capitão Valmir* –
701 Eu sei que está chegando a renovação a licença da empresa, mas agente às vezes fica
702 cansado de brincar de gato e rato com determinadas empresas que se tivessem realmente o
703 interesse de estar cumprindo essas condicionantes, mas nós vimos como as armadilhas
704 estavam lá. Realmente a autuação vai dar prosseguimento, mas até a título de exemplo da
705 empresa de refrigerantes de Cláudio, ela não cumpria as condicionantes e foi sugerido até a
706 suspensão das atividades dela. Então não sei se seria viável nesse momento ou se deixaria a
707 situação para quando da renovação da licença. *Pedro Coelho* – Na reunião passada em
708 Itaúna foi julgado o Auto de Infração referente ao Auto Posto Carro de Boi e por omissão
709 de nossa equipe nós esquecemos de esclarecer aos conselheiros que o pedido de
710 reconsideração que foi proposto pelo empreendimento ele estava intempestivo, então não
711 caberia nesse referido caso a descaracterização do Auto de Infração. Então naquela reunião
712 aconteceu a descaracterização, ou seja, é um ato nulo ao analisar administrativamente
713 dentro do direito. Então é esse esclarecimento que eu dou que a aplicação da multa, vai ser
714 dado continuidade ao processo. *Adeci* – Meu nome é Adeci, eu sou da cidade de Cláudio,
715 sou moradora vizinha à mineração a Bracon. Minha solicitação, minha briga é de defesa do
716 Meio Ambiente. Nós tivemos a visita do pessoal da Polícia do Meio Ambiente e do pessoal
717 do NARC eu não dei o relatório que até que foi passado para a mesa ali que foi protocolado
718 no Ministério Público Federal em Belo Horizonte. Com relação ao que eu achei, que eu
719 acho e que a nossa comunidade que está lá, a gente está com abaixo assinado também. É
720 porque quando o pessoal foi fazer essa visita, na minha opinião o prazo foi muito pouco,
721 eles não viram as represas, aonde ele mesmo confessou para mim que não chegou até a
722 represa, aonde tem quatro represa descendo a pedreira, aonde tem animais que bebem água.
723 *Capitão Gerson* – Apesar do procedimento ter baixado em diligência eu pediria que fosse



724 juntado esse pedido de tutela antecipado da senhora que acabou de se manifestar, por que o
725 DNPM segundo consta no documento, já interditou a atividade. Então ela não tem que
726 minerar. Sem o título de minerário não tem que se minerar. *Rogério* – Ela está na diligência
727 e ela vai ser argüida essa infração. Senhor Jesus Natalino de Souza. Geraldo Maia da Silva.
728 *Geraldo Maia da Silva* – Estou aqui pela terceira vez, estou acompanhado de pessoas que
729 representam as seis famílias, assunto já falado aqui anteriormente, proprietário de terra que foram
730 alagadas pelo rompimento de uma barragem dia 17 de janeiro de 2003 e também acompanhado de
731 um proprietário a montante de terra que protesta pela reconstrução da barragem. Além de mais dois
732 proprietários que não estão presentes, que também protestam pela reconstrução dessa barragem. A
733 barragem fica situada no povoado do Ferrador, Município de Divinópolis. Estamos vivendo hoje
734 um problema. Está faltando água para as nossas criações, está faltando água nas nossas plantações e
735 também a água que serve para o consumo humano, isso devido a uma tentativa de reconstrução
736 desta barragem que aconteceu dia 31 de maio, por um de seus proprietários, sem legalidade, e sem
737 acordo com os vizinhos das outras propriedades. Quando houve o rompimento da barragem nós
738 tivemos que tirar uma licença junto ao IGAM para desassorear o canal que abastece as nossas
739 propriedades. Agora no dia 31 de maio ele veio mexer na terra novamente e voltou a assorear. Hoje
740 nós estamos vivendo esse problema. A Polícia Ambiental, juntamente com o Copam, fez uma
741 vistoria. A Polícia Ambiental, fez um trabalho muito eficiente, tirou as fotografias, fez um BO, já
742 passou para o Ministério Público e o Copam ainda não prestou esclarecimento nenhum, não fez
743 nada ainda em torno da sua visita e não nos esclareceu nada até o momento. *Rogério* – Eu solicito
744 exatamente na posição que o senhor colocou, não foi apenas desta vez, mas das outras vezes, é que
745 em relação a esse, inclusive o laudo que a polícia tenha feito, que o próprio NARC através do
746 segmento específico faça a ação para que possa realmente esclarecer. Nesse sentido até o próprio
747 José Antônio estava querendo falar, talvez seria instruindo informações pertinentes ao que o senhor
748 colocou aqui. *José Antônio* – Nós estivemos lá duas vezes em vistoria junto à Polícia Ambiental.
749 Contatamos a falta de água, mas até então nós não tínhamos contatado com o empreendedor que
750 tinha dado o problema da represa. Na Segunda vistoria convocamos o mesmo para fazer o
751 licenciamento e inclusive ver a possibilidade através do IGAM, se há condição de fazer o
752 barramento ou desativar aquele barramento. A posição já foi tomada, o pessoal já preencheu o FCEI
753 e já mandamos para o IGAM. Estamos só esperando o técnico do IGAM se há ou não a
754 possibilidade de fazer o barramento. É a providência que está sendo pedida. *Rogério* – Eu gostaria
755 que trouxesse para esclarecimento, não só dos conselheiros, na próxima reunião. Para mostrar quais
756 são as ações não só para o senhor Geraldo, mas para todos nós aqui. *José Antônio* – Nós estamos
757 hoje na mão do IGAM. *Rogério* – Exatamente. A ação nossa é conjunta. *Geraldo* – Nós
758 concordamos com tudo isso, mas ficar sem água. Nós pedimos mais urgência nisso, por que ficar
759 sem água, porque um indivíduo mexer na terra e entupiu o nosso canal. Nós não podemos lá
760 desassorear um canal no terreno dele. Eu acho que temos que procurar uma maneira de tentar
761 resolver esse problema da maneira mais rápida possível. Agora nós vamos esperar a próxima
762 reunião, chega aqui e justificam que não encontrou o indivíduo e vai justificando e vai protelando e
763 assim nós vamos ficando com o problema e convivendo com ele. *Rogério* – Eu vou solicitar ao
764 NARC, em função justamente do que o senhor está colocando, o problema de conflito da água em
765 relação à disponibilização de água agora. *Rogério* – Eu estou argüindo a questão imediata em
766 relação ao NARC providenciar, para verificar esse aspecto do conflito, para solução direta com o
767 senhor, antes da reunião de fevereiro. *José Antônio* – Inclusive a Polícia Ambiental já embargou a
768 obra. *Rogério* – Eu não estou falando embargar. Eu estou falando da disponibilização da água. Por
769 que se está assoreado é um outro problema. Eu estou falando da disponibilidade de água que ele
770 está alegando da inexistência de água para ele. É um outro problema. Você pode verificar que o



771 NARC deu total apoio nesta situação de definição de ter água disponível que é o primeiro item dos
772 aspectos de sustentação de animal e de consumo humano. *José Antônio* – No uso de recursos
773 hídricos foi colocado o desassoreamento da região e todo trabalho nosso vai ser feito naquilo ali.
774 *Rogério* – Está havendo problema de água, senhor Geraldo? Ou é a questão do assoreamento?
775 *Geraldo* – Está havendo problema de água no nosso canal, pois a água é insuficiente para abastecer
776 as seis famílias, as seis propriedades que tem lá. Nós não podemos tomar essas providências, por
777 que lá não é propriedade nossa, lá na terra onde ficou a barragem. *Rogério* – A questão única é da
778 informação do senhor Geraldo e do pessoal do entorno sobre esse trabalho. É um trabalho direto,
779 que vai ser feito pelo NARC para prestar essa informação. O relatório vem em fevereiro, mas é para
780 dar solução desse problema com relação ao uso ou desvio da água. *José Antônio* – Tudo isso foi
781 colocado no FCEI e saiu no FOBI. Inclusive a APEF, que está lá na área de APP, o IEF vai ter que
782 ir lá dar uma anuência. Está tudo em andamento, não está parado não. *Rogério* – Eu só estou
783 levando a questão imediata em relação em FOBI, a FCEI. E o empreendedor já está notificado
784 também da arguição. Independente disso é ver o que está ocorrendo lá hoje. *Rogério* – Muito bem.
785 Está esclarecido, porque isso vai ser agregado exatamente na discussão da própria liberação ou não
786 da construção desse empreendimento. *Samuel Dias* – Eu estou aqui para agradecer esse grupo de
787 trabalho, principalmente ao doutor Camilo, eu queria pedir desculpas que eu peguei pesado com ele
788 na reunião de Itaúna. Por que no modo dizer, o que eu vim manifestar na época em Itaúna foi
789 verdadeiro, mas eu falei como estava geral. Eu queria também que fosse trazido para licenciar em
790 vez de Belo Horizonte, para licenciar aqui em Divinópolis, por que quando licenciou em 2000 a
791 gente foi muito prejudicado. *Rogério* – Esse é um assunto Samuel que nós vamos ter que ver e olhar
792 com muito cuidado porque dentro da disposição legal ele está colocado pra lá. *Davi Dias* – Agora
793 estou vendo que realmente vai finalizar, que nós vamos ter mais problemas com a Granja São
794 Geraldo. Também venho aqui relevar o desinteresse que até o próprio representante da granja que
795 veio aqui, falou que a granja tem um tempo para legalizar os galpões dela e que nesse tempo eles
796 não estão tratando e não vão tratar. Ele não está preocupado com a comunidade, com os moradores,
797 com os vizinhos e com os próprios funcionários dele. *Rogério* – Foram duas reuniões. Teve reunião
798 do Copam em Belo Horizonte que vocês tiveram presente. Eu acho que vamos chegar a um bom
799 termo e realmente resolver o problema. É aquilo que o próprio conselheiro Roberto colocou, o caso
800 é isolado. Inclusive esse caso isolado mostrará que a situação do caso isolado tem que ser argüido
801 ou não, a validade ou não dessa situação de isolado. 10) Encerramento: Não havendo outros
802 assuntos a serem tratados, o presidente **Dr. Shelley de Souza Carneiro**, agradeceu a presença de
803 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.